

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Letícia Forgiarini Tonetto

**ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (MONUSCO) EM PROL DO
DESENVOLVIMENTO NACIONAL EM CONJUNTO COM A PROTEÇÃO DAS
FRONTEIRAS NACIONAIS**

**Resende
2023**

| | | |
|---|--|----------------------|
|  | APÊNDICE III (TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL) AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA E DA DOCTRINA NA AMAN | AMAN 2023 |
|---|--|----------------------|

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

| |
|---|
| TÍTULO DO TRABALHO: ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (MONUSCO) EM PROL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL EM CONJUNTO COM A PROTEÇÃO DAS FRONTEIRAS NACIONAIS |
| AUTOR: LETÍCIA FORGIARINI TONETTO |

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

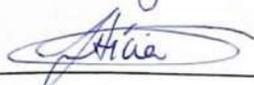
Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.

Resende, 14 de agosto de 2023.



Cad Letícia Forgiarini Tonetto

Dados internacionais de catalogação na fonte

T664a TONETTO, Letícia Forgiarini

Atuação do Exército Brasileiro na missão das Nações Unidas da República Democrática do Congo (MONUSCO) em prol do desenvolvimento nacional em conjunto com a proteção das fronteiras nacionais / Letícia Forgiarini Tonetto – Resende; 2023. 34 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Lucas Magalhães Duarte

TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. MONUSCO. 2. FIB. 3. Política Externa. 4. Defesa Nacional. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Letícia Forgiarini Tonetto

**ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (MONUSCO) EM PROL DO
DESENVOLVIMENTO NACIONAL EM CONJUNTO COM A PROTEÇÃO DAS
FRONTEIRAS NACIONAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Orientador: 1º Ten Lucas Magalhães Duarte

Resende
2023

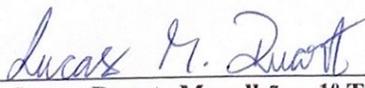
Letícia Forgiarini Tonetto

**ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (MONUSCO) EM PROL DO
DESENVOLVIMENTO NACIONAL EM CONJUNTO COM A PROTEÇÃO DAS
FRONTEIRAS NACIONAIS**

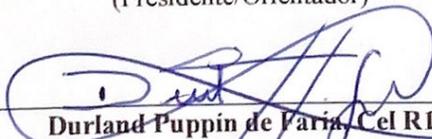
Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Militares, da Academia
Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Militares.

Aprovado em 14 de agosto de 2023.

Banca examinadora:



Lucas Duarte Magalhães, 1º Ten
(Presidente/Orientador)



Durland Puppim de Faria, Cel RI



Helliakyn de Melo Santana Silva, Cap

Resende
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a minha família que, embora sempre estando longe durante esses cinco longos anos de formação na Academia Militar das Agulhas Negras, sempre me apoiou nos momentos mais difíceis, me incentivando a nunca desistir e me ensinando a valorizar os pequenos detalhes de uma rotina em família.

Agradeço em especial ao meu pai Paulo Roberto Baldoni Tonetto que sempre foi meu porto seguro para eu conseguir completar minha formação, à minha mãe Greize Forgiarini Tonetto que me deu forças para continuar, ao meu irmão Vinícius Forgiarini Tonetto que manteve as risadas e a leveza do convívio e ao meu companheiro Paulo Ricardo Ceschini Moraes que, desde 2018, esteve comigo nessa jornada.

Agradeço também aos meus camaradas, com os quais passei momentos que jamais esquecerei. Momentos esses que, muitas vezes, foram motivo de angústia e ansiedade, entretanto, depois de passados, tornaram-se as memórias mais claras dos valores que aprendi e dos laços de amizade que criei. Sem dúvida, sem esses valores e a ajuda diária desses camaradas, jamais teria conseguido passar todos os obstáculos, chegar no quarto ano da formação e estar hoje, escrevendo os agradecimentos do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Por fim, mas não menos importante, ao meu Orientador, o qual sempre foi muito acessível, atencioso e disponível para ajudar no que era preciso. Além disso, renunciou horas de descanso, muitas vezes, até mesmo finais de semana, para guiar-me no caminho correto desta pesquisa. Agradeço também a todos os Instrutores do Curso de Intendência que contribuíram para minha formação.

RESUMO

ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (MONUSCO) EM PROL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL EM CONJUNTO COM A PROTEÇÃO DAS FRONTEIRAS NACIONAIS

AUTOR: Letícia Forgiarini Tonetto
ORIENTADOR: Lucas Duarte Magalhães

A MONUSCO (Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo), antiga ONUC criada em 1999, foi reformulada em 2010 pela ONU (Organização das Nações Unidas). Em 2013, nessa Missão de Estabilização, foi instaurada uma Brigada de Intervenção (FIB) cujas estratégias resultaram em uma nova iniciativa no grau de força adotado, visto que os militares passaram a neutralizar os grupos armados. Na FIB, os cargos de comando são executados por militares brasileiros que assumiram a função de “Force Commander” desde 2013, demonstrando a credibilidade conferida aos recursos humanos das tropas do Exército Brasileiro. Além disso, as similaridades geográficas e históricas entre o Brasil e a República Democrática do Congo são o ponto de partida da pesquisa para: análise qualitativa, utilizando relatos da visão de militares que atuaram no comando e na Jungle Warfare Mobile Training Team (JWMTT); análise documental e histórica das diretrizes do Brasil quanto as Estratégias Nacionais de Defesa em prol do desenvolvimento nacional e proteção das fronteiras nacionais previstos no Livro de Defesa Nacional; e análise descritiva dos fatos verificando as vantagens adquiridas pelo Brasil ao desdobrar a JWMTT na MONUSCO. Através dessa metodologia, o trabalho objetiva demonstrar a relevância da participação do Brasil na MONUSCO para o progresso nacional, com a finalidade de incentivar mais pesquisas sobre o assunto e não deixar que a existência de impasses internos sejam a causa da diminuição da participação brasileira em Missões de Paz, mas sim a chave para a solução dos mesmos e do aprimoramento das Forças Armadas. Na conclusão, uma análise dos prós da atuação brasileira na MONUSCO, ressaltando a “Projeção de Poder” no cenário internacional e a realização dos Objetivos Estratégicos do Exército em consonância com as experiências a serem aplicadas para o desenvolvimento nacional e a proteção das fronteiras nacionais.

Palavras-Chave: MONUSCO, FIB, Política Externa, Defesa Nacional, Proteção das Fronteiras Nacionais.

ABSTRACT

ACTION OF THE BRAZILIAN ARMY IN THE MISSION OF THE UNITED NATIONS OF THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO (MONUSCO) FOR THE PROFIT OF NATIONAL DEVELOPMENT TOGETHER WITH THE PROTECTION OF NATIONAL BORDERS

AUTHOR: Letícia Forgiarini Tonetto

ADVISOR: Lucas Duarte Magalhães

MONUSCO (United Nations Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo), formerly the ONUC, created in 1999, was reformulated in 2010 by the UN (United Nations Organization). In 2013, in this Stabilization Mission, an Intervention Brigade (FIB) was established whose strategies resulted in a new initiative in the degree of force adopted, as the military began to neutralize the armed groups. In the FIB, the command positions are executed by Brazilian military personnel who have assumed the role of "Force Commander" since 2013, demonstrating the credibility given to the human resources of the Brazilian Army troops. Furthermore, the geographical and historical similarities between Brazil and the Democratic Republic of Congo are the research starting point for: qualitative analysis, using reports of the vision of military personnel who served in the command and in the Jungle Warfare Mobile Training Team (JWMTT); documentary and historical analysis of Brazil's guidelines as to the National Defense Strategies in favor of national development and protection of national borders provided in the Book of National Defense; descriptive analysis of the facts verifying the advantages acquired by Brazil when deploying the JWMTT in MONUSCO. Through this methodology, the work aims to demonstrate the relevance of Brazil's participation in MONUSCO for national progress, with the purpose of encouraging more research on the subject and not to let the existence of internal impasses be the cause of the decrease of Brazilian participation in Peace Missions, but the key to the solution of the same and to the improvement of the Armed Forces. In conclusion, an analysis of the pros of the Brazilian participation in MONUSCO, emphasizing the "Projection of Power" in the international scenario and the realization of the Army Strategic Objectives in consonance with the experiences to be applied for national development and the protection of national borders.

Keywords: MONUSCO, GNH, Foreign Policy, National Defense, Protection of National Borders.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Províncias da República Democrática do Congo (SET 2018)..... | 14 |
| Figura 2 - Mapa Geográfico da África referenciando a República Democrática do Congo (OUT 2022) | 15 |
| Figura 3 - Kinshasa (República Democrática do Congo) – O Gen Div Elias Rodrigues Martins Filho, <i>Force Commander</i> da MONUSCO (JUN 2018) | 18 |
| Figura 4 - Beni (República Democrática do Congo) – A Equipe Móvel de Treinamento Especializado em Selva (JWMTT), na Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (JUN 2020) | 22 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ABIN | Agência Brasileira de Inteligência |
| ADF | Forças Democráticas Aliadas |
| CIGS | Centro de Instrução de Guerra na Selva |
| CCOPAB | Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil |
| CCLOP | Centro de Coordenação Logística de Operações de Paz |
| COS | Curso de Operações na Selva |
| COTER | Comando de Operações Terrestres |
| CSNU | Conselho de Segurança das Nações Unidas |
| DOPAZ | Destacamento de Operações de Paz |
| DPKO | Departamento de Operações de Manutenção da Paz |
| EB | Exército Brasileiro |
| EMT | Equipe Móvel de Treinamento |
| END | Estratégia Nacional de Defesa |
| FA | Forças Armadas |
| FARC | Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia |
| FARDC | Forças Armadas da República Democrática do Congo |
| FDLR | Forças Democráticas de Libertação de Ruanda |
| FIB | Brigada de Intervenção |
| FNS | Força Nacional de Segurança |
| GI | Guerra Irregular |
| IBAMA | Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| JWMTT | Jungle Warfare Mobile Training Team |
| LBDN | Livro Branco de Defesa Nacional |
| M23 | Movimento 23 de março |
| MD | Ministério da Defesa |
| MINUSTAH | Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti |
| MONUC | Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo |
| MONUSCO | Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo |
| NDC-R | Defesa Nduma do Congo – Renovada |

| | |
|-------|-------------------------------------|
| OEE | Objetivos Estratégicos do Exército |
| OND | Objetivos Nacionais de Defesa |
| ONUC | Operação das Nações Unidas no Congo |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PBO | Peace Building Operations |
| PDN | Política de Defesa Nacional |
| PEO | Peace Enforcement Operations |
| PF | Polícia Federal |
| PKO | Peacekeeping Operations |
| PMO | Peacemaking Operations |
| PND | Plano Nacional de Defesa |
| RDC | República Democrática do Congo |
| SIPAM | Sistema de Proteção da Amazônia |
| SRF | Secretaria da Receita Federal |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1. OBJETIVOS..... | 13 |
| 1.1.1. Objetivo geral | 13 |
| 1.1.2. Objetivos específicos | 13 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 2.1. HISTÓRICO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO..... | 14 |
| 2.2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS | 16 |
| 2.3. OPERAÇÕES DE PAZ | 17 |
| 2.4. PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MONUSCO | 17 |
| 2.5. ASPECTOS NOS NÍVEIS OPERACIONAL E TÁTICO | 18 |
| 2.6. A JWMTT E O CIGS | 21 |
| 2.7. ATUAÇÃO DAS FARC NA FRONTEIRA DO BRASIL E DE GRUPOS ARMADOS NA RDC | 24 |
| 3. REFERENCIAL METODOLÓGICO | 26 |
| 3.1. TIPO DE PESQUISA | 26 |
| 3.2. MÉTODOS | 26 |
| 3.2.1. Análise por comparação (descritiva) | 26 |
| 3.2.2. Análise de vantagens (qualitativo) | 26 |
| 3.2.3. Interligação dos fenômenos (documental e histórica) | 27 |
| 4. RESULTADOS OBTIDOS | 28 |
| 4.1. OS PRÓS DA MONUSCO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E A PROTEÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL..... | 28 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 30 |
| REFERÊNCIAS | 32 |

1. INTRODUÇÃO

Após a Primeira Guerra Mundial, o mundo viu-se em apuros por conta das consequências do conflito mundial, sendo criada a Liga das Nações, cujo principal objetivo era de evitar uma nova guerra mundial. Diante desse fato, sabendo-se da existência de uma Segunda Guerra Mundial, em 1945, foi nítida a ineficácia dessa antiga Organização Internacional. Mesmo assim, sua importância histórica é de grande valia, uma vez que foi o marco de um consenso entre nações a respeito da paz mundial (BARMAN, 2014).

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU), pós Segunda Guerra Mundial, em 1945, originou-se na mesma perspectiva da Liga das Nações, porém, com mecanismos que a tornaram mais efetiva em prol da paz mundial. Um diferencial substancial é a participação dos Estados Unidos, local onde foi criada. Além disso, no total foram 50 países membros que se reuniram e elaboraram a Carta da Nações, cujo cumprimento dos termos servem como requisito para entrada de qualquer país que deseja se tornar membro da ONU (AMORIM, 2015).

No âmbito mundial, as Operações de Paz tornam-se cada vez mais frequentes, com as grandes potências mundiais buscando a manutenção de suas influências, sejam elas de cunho econômico, político, social, cultural, territorial ou geopolítico (UN, 2014). Em contrapartida, as potências emergentes também sinalizam o desejo de participação nessas operações, dentre as quais encontra-se o Brasil, sendo referência positiva desde 1947, quando enviou militares aos Balcãs e, depois disso, participou com mais frequência e maior emprego de pessoal nas Missões de Paz até a atualidade. Obteve participação em muitos outros países como, por exemplo no Líbano, no Haiti e na República Democrática do Congo. Nessa última, foi notória a ação brasileira, cujas funções-chaves, desempenhadas na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), demonstraram a elevada capacitação dos militares do Exército Brasileiro no quesito comando e controle (UN, 2015).

A República Democrática do Congo é marcada por intensos conflitos. Primeiramente, por ser uma antiga colônia belga fruto da Conferência de Berlim (1885), a qual não respeitou as diferenças étnicas da região, mas sim os interesses europeus ao fazer a divisão do território africano. O país obteve sua independência em relação a Bélgica em 30 de junho de 1960 de forma conturbada. Mais tarde, em 1998, irrompeu uma guerra cujas rivalidades perduram até hoje, quando Ruanda invadiu o nordeste do país em apoio a etnia Tutsi Banyamukenge e, desde então, o país é um cenário de destruição e mortes por conta da atuação de grupos rebeldes e

paramilitares. Daí vem a necessidade de ajuda de Organizações Internacionais para estabilização desse cenário (McNULTY, 1999).

A conjunção internacional de relações interdependentes entre os países confere uma preocupação acerca da garantia da legitimidade das ações. Com isso, sabe-se da primordialidade dos adestramentos e capacitação dos militares, visto que essas missões são complexas e demandam muitos aspectos relacionados ao conhecimento dos Direitos Humanos, os quais são protegidos pela ONU. Nessas situações, os momentos de paz e guerra andam lado a lado numa linha tênue marcada por ações decisórias momentâneas com grande articulação, no intuito de não retrocederem nenhum passo conquistado para que não comprometam o êxito das missões.

Com base nesse histórico de conflitos sensíveis e grande cobiça internacional, essa pesquisa procura analisar os prós para o Brasil a respeito de uma Missão de Paz, da magnitude da MONUSCO. Sendo o Brasil um país cujos problemas internos são infundáveis, tanto na questão da Defesa Nacional, quanto em aspectos econômicos, políticos e sociais, afinal, porque o Exército Brasileiro, detentor de tantas facetas para serem solucionadas, gasta recursos financeiros e humanos em prol de outra nação? O pensamento lógico inicial, não seria o país investir recursos em setores da sociedade que carecem de atenção, tais como educação e saúde, em vez de enviar e manter tropas brasileiras em outro continente?

Sob a premissa de que a vastidão fronteiriça do Brasil é um fator que atrai a ação ilícita e criminosa, assim como a existência da Floresta Equatorial Amazônica, a qual também faz fronteira com diversos países latino-americanos, qual a crucialidade do preparo das tropas para defender aquilo pelo qual faz jus à missão das Forças Armadas presente na Constituição da República Federativa do Brasil?

Dessa maneira, fazendo a interligação da atuação brasileira na MONUSCO com a defesa da Pátria e dos poderes constitucionais, é notória a interdependência dos fatos e, por conseguinte, a relevância para a garantia da lei e da ordem no território nacional. Logo, essa pesquisa objetiva demonstrar isso através das experiências em consonância com os embasamentos já escritos.

Assim, após a introdução que faz uma ambientação do campo da pesquisa, este trabalho segue na sequência, observando os objetivos gerais e específicos da pesquisa, os quais direcionam a solução do problema por meio de um itinerário geral da pesquisa. No referencial teórico, há a análise da questão histórica da República Democrática do Congo (RDC), da interferência da ONU na MONUSCO, da participação brasileira na MONUSCO, dos aspectos nos níveis operacionais e táticos da atuação brasileira, do desdobramento da Jungle Warfare Mobile Training Team (JWMTT) demonstrando a relevância do Centro de Instrução de Guerra

na Selva (CIGS) para a Equipe Móvel de Treinamento e a citação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) como ameaça na fronteira amazônica fazendo uma ligação com os grupos armados na RDC. Por conseguinte, apresentar a metodologia e a taxionomia adotadas que culminam nas considerações finais, as quais descrevem as contribuições da atuação brasileira na MONUSCO em prol do desenvolvimento nacional e proteção das fronteiras nacionais.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo geral

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral: analisar a atuação do Exército Brasileiro na MONUSCO, visando o interesse nas consequências para a nação brasileira, não somente verificando as questões militares e a cobiça internacional, bem como os prós para a garantia do progresso e desenvolvimento do Brasil, atrelados à proteção das fronteiras nacionais.

1.1.2. Objetivos específicos

Propõe-se os seguintes objetivos específicos para o projeto:

- a) analisar o histórico, os antecedentes e os aspectos da RDC e da atuação do Exército Brasileiro na MONUSCO;
- b) realizar a busca, com embasamento documental, histórico, descritivo e qualitativo, dos resultados obtidos na atuação brasileira na RDC;
- c) citar as consequências positivas diretas e indiretas da MONUSCO para o Brasil visando a Projeção de Poder no cenário internacional, o desenvolvimento nacional e a proteção da fronteira amazônica.

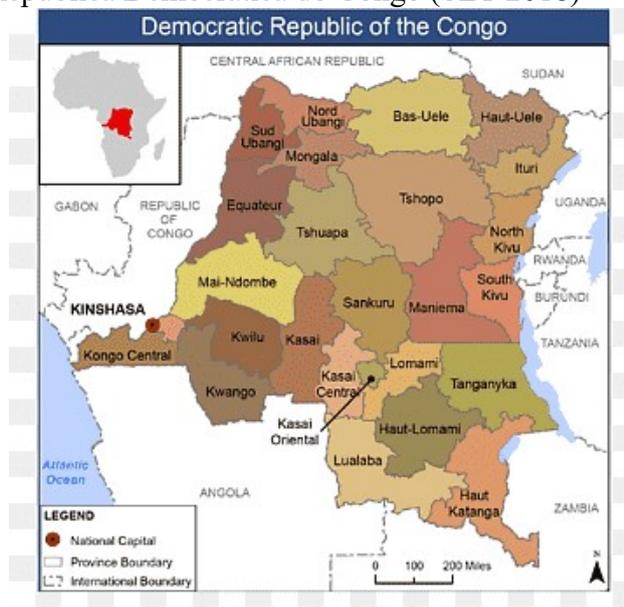
2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. HISTÓRICO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Durante o século XIX, a RDC sofreu os resultados dos interesses da colonização belga e das vontades do então rei Leopoldo II. Mais tarde, os países europeus viram-se em posição contraditória pós Segunda Guerra Mundial, pois era incoerente manterem suas colônias de exploração após lutarem por liberdade e clamarem contra as barbáries realizadas pelos nazistas (VISSENTINI, 2010). Assim, o Estado Livre do Congo, quase que simultaneamente com a emancipação de vários outros países africanos, tornou-se independente em 1960 (SOUZA, 2015).

O que parecia ser um avanço para o país não mudou o cenário de grandes disputas em que se encontrava desde a colonização. Após o assassinato do primeiro-ministro Patrice Lumumba, sob um regime ditatorial, Joseph Mobutu conduziu o novo país que passou a chamar-se: Zaire (VALENZOLA, 2013). Na década de 1990, ondas de complicações assolaram o regime de Mobutu que sucumbiu na “Primeira Guerra do Congo”. Em 1994, ocorre um dos maiores massacres da humanidade entre dois países vizinhos, Ruanda e Burundi, terminando em um grande genocídio em Ruanda, em que dizimou a etnia tutsi (VISSENTINI, 2010). Em 1997, há a ascensão de um novo ditador, Laurent-Desirè Kabila e, desde então, o país passa a ser chamado de República Democrática do Congo (NOBRE, 2014).

Figura 1 - Províncias da República Democrática do Congo (SET 2018)



Mobutu assume para si o poder absoluto, ao abolir os partidos políticos e reduzir o parlamento congolês a uma simples fachada. Nas décadas seguintes, Mobutu governou o Congo com “mão de ferro”, ajudado pelo Ocidente, mais interessado nas riquezas naturais daqueles territórios. Mobutu ficou no poder até maio de 1997, altura em que foi derrubado por Laurent-Désiré Kabila na Primeira Guerra do Congo (1996-97), e exilando-se primeiro no Togo e depois em Marrocos, acabando por falecer de cancro em Rabat a 7 de setembro desse ano. (NOBRE, 2014, p. 45)

Mesmo na tentativa de manter-se firme no poder, o regime de Kabila também sucumbiu em virtude dos conflitos internos, na “Segunda Guerra do Congo”, em 1998. Seu filho Joseph Kabila, suspeito da morte do pai, assume a RDC e toma as rédeas como Chefe de Estado após guerras catastróficas e extremamente violentas no que diz respeito à questão humanitária. A amplitude e a intensidade com que a violência dominava a rotina do país, chamou a atenção internacional e, por essa razão o mundo viu-se na obrigação de intervir (SOUSA, 2019).

Figura 2 - Mapa Geográfico da África referenciando a República Democrática do Congo (OUT 2022)



Fonte: PNGWING

A deflagração da “Segunda Guerra do Congo” definiu, em 1999, a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), que por meio do Acordo de Lusaka foi implementada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), sendo uma tentativa da Comunidade Internacional de conter esses desfechos de violência sofridos pela população congoleza e trazer a democracia através de processos eleitorais (BARBOSA, 2017; CHAVES, 2014). Entretanto, em 2009, conflitos na parte oriental do país (região dos Grandes Lagos Africanos) ressurgiram, exigindo uma reformulação da missão, surgindo assim, em 2010, a MONUSCO.

A categorização clássica dos conflitos interestatais e intraestatais na região dos Grandes Lagos parece não se aplicar, uma vez que os conflitos tendem a se expandir geograficamente e seus epicentros se alternam. [...]. Os conflitos são complexos e dinâmicos envolvendo múltiplos atores regionais e internacionais em uma espécie de rede. Todavia, esses enfrentamentos têm características comuns relacionadas a questões de governança, identidade nacional, violência estrutural, exploração e acesso a recursos naturais. A inabilidade dos governos de gerenciar sociedades multiétnicas pelo acesso igualitário aos recursos, justiça e inclusão política criam o contexto para os conflitos que se desenvolvem sob mandos de elites político-sociais num ambiente onde prevalece a discriminação. As dificuldades para atender, de forma igualitária, às necessidades básicas de vários grupos étnicos enfraquecem as capacidades políticas dos Estados e sua consequente habilidade de promover a segurança e garantir a vida dos cidadãos.” (KANYANGARA, 2016).

Diante desta sucessão de anos dominados por violência e instabilidade, com a finalidade de garantir a eficácia da missão que se estendia de ano em ano, havia a necessidade de aumentar o potencial da missão por meio da implementação de uma Brigada de Intervenção (FIB) em 2013. Tal fato forneceu um ânimo enriquecedor pela ONU, já que existia um cenário de dúvidas quanto à eficiência das sucessivas Missões de Paz, não só fornecendo um componente militar mais integrado e adaptado aos objetivos finalísticos, mas também foi o ponto em que o CSNU ousou em agregar mais robustez nas atividades realizadas pelas tropas que lá operavam (LEMOS, 2019)

Dentre as operações mencionadas, merece destaque a Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO)¹, que quebrou paradigmas ao conceber, constituir e empregar uma “Force Intervention Brigade” (FIB), a partir de 2013. A FIB repensa a estratégia de uso da força e adota uma nova abordagem operativa ao buscar a iniciativa e confrontar as ameaças, representada por uma pluralidade de grupos armados. Cabe ressaltar, que desde 2013, as funções de “Force Commander” (FC) e seu Estado Maior (EM), ou Staff, são desempenhadas por militares do Exército Brasileiro (EB), evidenciando a pertinência da temática (LEMOS, 2019, p. 10)

2.2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Após Segunda Guerra Mundial, tornou-se necessário a criação de um órgão atrelado à Paz Mundial. Nesse quesito, sob os requisitos da Carta das Nações Unidas, a ONU conduziu diretrizes a fim de nunca mais na história existir uma guerra mundial. Porém, em virtude dos variados impasses, esta Organização fragmentou-se em estruturas capazes de suprir a demanda, sendo composta pela Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado (ACCIOLY; SILVA, 2017).

Sobre as regras, todo país possui o direito de tornar-se parte das Nações Unidas, desde que cumpram as obrigações da Carta, na qual o único órgão previsto que possui poder decisório é o Conselho de Segurança.

ARTIGO 4 - 1. A admissão como Membro das Nações Unidas fica aberta a todos os Estados amantes da paz que aceitem as obrigações contidas na presente Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações. 2. A admissão de qualquer desses Estados como Membros das Nações Unidas será efetuada por decisão da Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança. (ONU, 1945)

2.3. OPERAÇÕES DE PAZ

Não é possível englobar todas as Missões de Paz num único rol quanto a forma com que serão realizadas, uma vez que cada uma possui suas peculiaridades quanto aos motivos que a tornaram uma necessidade e quanto as condições que serão realizadas. Tais peculiaridades exigem uma divisão dos tipos de Operações de Paz, com o fim de manter a credibilidade amparada legalmente (ONU, 1945).

As operações de promoção da paz ou Peacemaking Operations (PMO) são realizadas depois do conflito já ser deflagrado, sua intervenção possui como objetivo um acordo entre as partes conflitantes, a fim de evitar novos impasses. Já as operações de manutenção da paz ou Peacekeeping Operations (PKO) são missões que possuem o aval das partes conflitantes e realizam-se por meio de maneiras que imponham ou mantenham a paz, tais como o monitoramento do comprometimento dos envolvidos no acordo, cessar-fogo e entre outras (BRASIL, 2013a).

A Imposição da Paz ou Peace Enforcement Operations (PEO) é um degrau a mais acerca da robustez das medidas adotadas, já que neste tipo de operação de paz não há o aval de alguma das partes que se encontram em conflito a respeito da presença externa no território do país, por isso a rigidez das missões. Também existe a Consolidação da Paz ou Peace Building Operations (PBO) que objetiva a redução gradual das medidas mais rígidas através de acordos (BRASIL, 2013a).

2.4. PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MONUSCO

Em primeiro lugar, mesmo que o foco da pesquisa seja a MONUSCO, é possível notar que a participação em uma determinada Missão de Paz influencia em outra posterior, como foi

o caso da atuação brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em que o Brasil atuou e obteve um grande prestígio pela Comunidade Internacional (SOUZA, 2015). Fruto disso refletiu na credibilidade angariada pelas tropas brasileiras para realizar futuras operações, tal como a que ocorreu na RDC.

No contexto das missões de paz, o Brasil, em razão de sua competência profissional, ganhou credibilidade suficiente para, após o CSONU instaurar a FIB com operações ofensivas em 2013, ter como nomeado da força militar o General-de-Divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz, conforme Silva (2020, p. 03). Também chefiou, de 2006 a 2008, a MINUSTAH, obtendo saldos positivos (SOUZA, 2015), não obstante, em 2018, o General Elias Rodrigues Martins Filho, outro brasileiro, foi nomeado Force Commander da MONUSCO. Mais uma vez, a existência de outro brasileiro como Comandante Geral dessa Missão de Paz comprova o reconhecimento dos efeitos das ações brasileiras no exterior (FERREIRA, 2019).

Figura 3 - Kinshasa (República Democrática do Congo) – O Gen Div Elias Rodrigues Martins Filho, *Force Commander* da MONUSCO (JUN 2018)



Fonte: Exército Brasileiro

2.5. ASPECTOS NOS NÍVEIS OPERACIONAL E TÁTICO

Considerando que para alcançar sucesso em missões de paz é preciso obter esforços nos treinamentos específicos, logística, recursos humanos, recursos materiais, manutenção, metodologias e conhecimentos a respeito das considerações civis, averígua-se a trajetória

brasileira em superar-se nesses pontos. Somando-se ao fato de que o Brasil se faz presente em Missões de Paz desde 1946, criou-se através da Portaria do Comandante do Exército o Centro de Instrução de Operações de Paz - CI Op Paz em 2005, onde a preocupação continha-se no aperfeiçoamento das tropas militares (BRASIL, 2012a).

A preocupação com a qualificação dos militares sempre foi ponto de honra para o Exército Brasileiro. Desse modo, em 2010, o CIOpPaz passou a chamar-se Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) com o propósito de manter em consonância com seus progressos e tonar-se referência em Preparação para Missões de Paz, Logística e Desminagem (BRASIL, 2012a).

No que tange ao adestramento, na MONUSCO há muito o que explorar, visto que demanda especificidades que possuem a necessidade de qualificação em comunicações, inteligência e mobilidade para solucionar problemas de comando e controle. Dessa maneira, é de enorme relevância manter o nível de operacionalidade alcançado por meio desses mecanismos e centros de treinamentos, tendo em vista que o último contingente de tropas militares brasileira na MINUSTAH foram retiradas em 2017, há a atenção em não deixar cair o padrão alcançado até então. Por isso, a Missão em território congolês também possui a capacidade de ser o combustível para dar continuidade à evolução das tropas brasileiras.

Conforme o Manual de Operações de Paz do Ministério de Defesa (MD), o treinamento que fornecerá capacidades para as tropas atuarem, é de total responsabilidade da nação contribuinte (BRASIL, 2013a). Nesse contexto, o Brasil obriga-se a evoluir e aperfeiçoar-se nos níveis operacionais e táticos, uma vez que os resultados dependerão diretamente do nível de adestramento que será gerenciado no CCOPAB. Determinando assim, mesmo que de forma indireta, uma melhor prontidão por parte do Exército Brasileiro para situações de contingências dentro do território nacional ou ameaças externas em regiões de difícil acesso que favoreçam ações ilícitas ou criminosas.

“Uma expressão evidente da crescente importância do Brasil na área da paz e da segurança tem sido sua participação em operações de paz. Tais operações são um dos principais instrumentos à disposição da comunidade internacional para lidar com ameaças de conflito, bem como evitar que países em situações de pós-conflito vejam ressurgir a violência armada. Ao lado das agências, fundos e programas da ONU, as missões de paz são importante face da Organização, uma vez que representam a principal forma de ação militar legal e legítima da comunidade internacional para garantir a segurança coletiva” (BRASIL, 2012a)

Tanto no nível operacional, quanto no tático, a atuação brasileira na RDC promove benefícios no organograma estrutural enquanto se desenvolvem as missões, já que há um

intercâmbio de conhecimentos logísticos postos em prática, bem como a logística entre agências e forças diferentes, integrando um grau de complexidade que proporciona novas tecnologias e evolução dos métodos utilizados. Já começando até mesmo em território nacional, pois o Centro de Coordenação Logística de Operações de Paz (CCLOP) é o responsável pela coordenação de pessoal e material sob a égide do MD (BRASIL, 2013a).

A retomada da liderança e da participação com tropas na MONUSCO pode ser muito benéfica em vários sentidos, em especial, pois este é o tipo de operação que demanda uma qualificação específica pelo emprego de inteligência, comunicação, logística entre outras funções. Nesse sentido, é preciso desenvolver capacidades nas tropas que mais tarde podem ser úteis para o emprego em benefício do próprio país, como aconteceu com aprendizados que o Brasil obteve no Haiti (FERREIRA, 2019, p. 142)

Aprofundando-se no quesito atrelado às forças singulares, a interoperabilidade entre Forças Singulares diferentes é outro fator que enriquece o treinamento brasileiro. Pois, as atividades simultâneas e dependentes entre Marinha, Exército e Força Aérea exigem a uma elevada sincronia na estrutura logística. Essa prerrogativa é um dos lemas do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (BRASIL, 2012a), isto é, melhorar a interoperabilidade nas Forças Armadas do Brasil, operando-as de forma que seja uma o apoio da outra e vice-versa.

O LBDN baseado na Estratégia Nacional de Defesa (END) e no Plano Nacional de Defesa (PND), funciona como norteador para tudo que engloba preparo e capacitação das Forças Armadas tanto em tempos de paz, quanto em tempos de guerra. Conforme o LBDN, o qual projeta os interesses no aspecto da política externa, “O Brasil tem desenvolvido sua própria agenda externa com maior autonomia para definir as prioridades para seu progresso como nação” (BRASIL, 2012a, p.11)

Considera-se a MONUSCO uma importante ação de política externa brasileira, visto que pode se tornar uma janela de oportunidades futuramente. A RDC, apesar de estar inserida num contexto de Guerra Irregular (GI), possui muitas semelhanças com o Brasil em aspectos geográficas, geológicos, hídricos, de vastidão territorial, de biodiversidade, de recursos minerais, de abundância de vegetação, de presença de floresta equatorial e principalmente por ser alvo de grande cobiça internacional das potências que anseiam pelas suas riquezas (VISACRO, 2018).

Guerra irregular é todo conflito armado conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídico institucional. É a guerra travada por uma força não regular. São consideradas formas de GI nesse contexto: a guerra de guerrilha; a subversão; a sabotagem; o terrorismo; e a fuga e evasão. (BRASIL, 2019, p.3)

Sob a visão de que há a necessidade de resguardar os interesses atrelados ao território nacional, existem muitas possibilidades para o Brasil aprender com o que acontece na RDC, com a finalidade de assegurar a proteção das fronteiras nacionais e da Amazônia. Essas são, o grande foco do EB, cujo objetivo é tornar-se apto e capaz de protegê-las. Pois, no LBDN é nítida tal preocupação.

Apesar das mudanças cada vez mais aceleradas das últimas décadas, a ordem internacional continua a ser determinada predominantemente pela relação entre Estados. A defesa e proteção do Brasil diante de potenciais ameaças externas continuam a ser, assim, a missão essencial das Forças Armadas do País (BRASIL, 2012a, p. 28).

2.6. A JWMTT E O CIGS

No cenário amazônico brasileiro, a atuação de militares que realizam o Curso de Operações na Selva (COS), chamados de “guerreiros de selva”, é imprescindível para a defesa nacional. Esses recebem treinamento específico no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) e passam por vários testes eliminatórios durante três longos meses. Assim, a relevância desse aperfeiçoamento na selva reflete também na MONUSCO, visto que a utilidade disso é de um valor enorme no adestramento das tropas, o que culminou no desdobramento em 2019 da Equipe Móvel de Treinamento em Operações na Selva (JWMTT).

A implantação da Equipe Móvel de Treinamento em Operações na Selva (JWMTT) trouxe uma excelente repercussão no Brasil. Nossos Oficiais e Sargentos especializados no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) “A melhor casa de Guerra na Selva do Mundo”, estão ecoando nossas expertises e atuando em áreas de incidência de grupos armados e acompanham as tropas da ONU em missões reais de treinamento em áreas “vermelhas” (OLIVEIRA, 2022).

A credibilidade dada, perante à ONU, ao Exército Brasileiro não é em vão. As similaridades do ambiente de floresta equatorial, entre os continentes americano e africano, são importantes para a garantia da paz, uma vez que as experiências de tropa na selva são imprescindíveis em uma região lotada de criminosos homiziados naquela vegetação. Levando em consideração isso, não é surpreendente que, em 2018, o General de Divisão Elias Rodrigues Martins Filho, Force Commander (FC) da MONUSCO na época, pediu a criação da Equipe Móvel 15 de Treinamento de Combate em Ambiente de Selva – Jungle Warfare Mobile Training Team (JWMTT) (CARVALHO FILHO, 2020).

A EMT brasileira está operando sob a égide da ONU, junto à Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo 29 (MONUSCO). É composta por 13 militares, sendo 11 do Exército, 1 da Marinha e 1 da Força Aérea, todos especialistas em operações na selva (CARVALHO FILHO, 2020).

Mesmo a JWMTT sendo uma prerrogativa pedida, já em 2018, pelo Gen. Elias, já havia sido observado anteriormente a necessidade de neutralizar grupos armados que a FIB não conseguia neutralizar. Nesse contexto de necessidades é que entrou a capacitação e a expertise do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), o qual foi referência para compor a Equipe Móvel de Treinamento (EMT). Conforme Carvalho Filho (2020), o General Mbangú, na época comandante da parte da Força Armada da República Democrática do Congo (FARDC) que estava em Beni, fez um pedido formal para que as tropas congoleesas treinassem juntamente com JWMTT, visto que ele percebeu a significância da capacitação das tropas para neutralizar forças irregulares. Tal fato comprova a credibilidade da capacitação de tropas brasileiras treinadas em ambiente de selva pelo CIGS.

As Forças Armadas Brasileiras, de forma inédita na Organização das Nações Unidas (ONU), desdobraram uma Equipe Móvel de Treinamento (EMT) especializada em operações na selva, ratificando seu comprometimento com a paz mundial. É a primeira vez na história dessa Organização que uma equipe com essa especialidade é empregada para conduzir treinamento de tropas desdobradas na área de conflito (CARVALHO FILHO, 2020).

Figura 4 - Beni (República Democrática do Congo) – A Equipe Móvel de Treinamento Especializado em Selva (JWMTT), na Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (JUN 2020)



Fonte: CIGS, 2023

Segundo Martins Filho (2022), “as tropas que operavam em ambiente de selva não estavam preparadas para o combate naquele ambiente que, aliás, é muito semelhante ao que temos na região Amazônica”. Além disso, os relatos do trauma de Semulike, durante 2017, colocam a prova a importância da JWMTT e as expectativas com seus resultados, pois “um grupo armado que se homiziava na região de floresta vizinha à Base. Havia um verdadeiro terror das tropas que se encontravam no terreno – região de Beni, Kivu do Norte – em realizar qualquer operação que exigisse o patrulhamento no interior da selva. ” Sendo assim, a semelhança da vegetação e as adversidades encontradas pelas tropas da MONUSCO concretizam-se num efetivo treinamento para os brasileiros que lá estão e que, por conseguinte, disseminarão as lições aprendidas para o Exército Brasileiro como um todo.

O grande valor disso não está presente somente em aumentar a quantidade de homens preparados, mas sim em adquirir mobilidade e aptidão nesse ambiente por parte da FIB inteira. Aprender a realizar o necessário para a sobrevivência em lugares inóspitos e garantir que as tropas amigas estejam preparadas para serem surpreendidas nas mais variadas circunstâncias do conflito, geram uma estabilidade e expectativa de que o trabalho duro está sendo válido e que o apoio da ONU persista para outras missões, visto que os relatos do Gen Div Elias confirmam: “Uma delegação do Conselho de Segurança em visita técnica à MONUSCO também teve a oportunidade de receber informações a respeito e visitar a equipe em ação. Relatos feitos a mim, diretamente indicaram, que a delegação ficou impressionada com a qualidade do treinamento e da contribuição dada pelo Brasil” (MARTINS FILHO, 2022).

É importante ressaltar que a concepção da JWMTT, embora seja uma equipe diferenciada em virtude de sua peculiaridade, foi feita no intuito de treinar as tropas da MONUSCO, principalmente as da Brigada de Intervenção da Força (FIB) em operações de ambiente de selva, similar ao que existe no Brasil. Nessa perspectiva, pelo fato de brasileiros serem referência nesse ambiente, é válido para o aperfeiçoamento das tropas brasileiras angariarem ainda mais conhecimento e experiência para a aplicação em território nacional (DA COSTA, 2022).

O fato de haver militares brasileiros especializados, das três forças armadas, ministrando treinamento para tropas de diversos países, é um motivo de orgulho para os brasileiros, e isso se reflete nos comentários que eu leio ou ouço, sobre o trabalho da equipe de treinamento. Além disso, o próprio motivo da escolha do nosso país para compor uma equipe de treinamento em operações na selva já reflete o reconhecimento mundial pela competência e capacidade brasileiras em operar nesse ambiente desafiador e austero, que é o da Selva Amazônica, a maior selva tropical do planeta. (DA COSTA, 2022)

2.7. ATUAÇÃO DAS FARC NA FRONTEIRA DO BRASIL E DE GRUPOS ARMADOS NA RDC

Nos anos 2000, as FARC ameaçam as fronteiras brasileiras com atividades do narcotráfico (PAGLIARI, 2009). Expandindo suas atividades de guerrilha através do tráfico de drogas e da criminalidade, de forma que “abriu os olhos do Brasil”, o qual procurou através de políticas de defesa conter ameaças transnacionais encontradas na fronteira.

As FARC, autointituladas um movimento guerrilheiro, surgiram nos anos 1960 com propósitos políticos, cujo objetivo consistia na implantação de um governo socialista na Colômbia. Formada inicialmente por famílias camponesas, com o passar do tempo as FARC se expandiram e se inseriram na rede de tráfico ilícito de drogas, principalmente a cocaína, mais lucrativa e cuja matéria-prima é muito cultivada na região. Em meados dos anos 1980, as plantações de folha de coca foram transferidas integralmente ao território colombiano (antes eram produzidas no Peru e na Bolívia), deslocando e concentrando o problema das drogas diretamente na Colômbia (PAGLIARI, 2009).

Políticas de Defesa Nacionais (PDN) (BRASIL, 2005) foram estabelecidas no Brasil como, por exemplo, a Operação Ágata, em 2011, executada pelas Forças Armadas em uma operação interagências juntamente com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a Polícia Federal (PF), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), a Secretaria da Receita Federal (SRF), a Força Nacional de Segurança (FNS) e entre outras entidades (FIGUEIREDO, 2017).

Enquanto isso, partindo do Brasil, do outro lado do Oceano Atlântico, no sentido Oeste para Leste, existem vários grupos armados na região de Kivu na RDC, tais como: o Movimento 23 de março (M23), as Forças Democráticas Aliadas (ADF), Mai Mai, e Defesa Nduma do Congo - Renovada (NDC-R), as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR) e vários outros cujas ações estão no vácuo do Estado, onde não há mais controle nem soberania estatal. Somado a isso, a utilização do ambiente inóspito da selva para execução de crimes como, por exemplo: estupros, sequestros, saques e alistamentos forçados (VALENZOLA, 2013).

Dito isso, as FARC, assim como os vários grupos armados presentes na RDC, surgiram como consequência da ausência de uma autoridade Estatal que contivesse esses movimentos não-estatais. Além disso, tiram proveito para atuarem em regiões em que o Estado possui dificuldade de controle e segurança. Segundo Thomas (2003), esses grupos atuam nessas localidades pelas seguintes razões: facilidade de movimentação de mercadorias e pessoas, rotas de fuga em casos de eventuais operações militares postas em prática pelos Estados nacionais; e

o recrutamento e cooptação de novos membros para a causa. Fazendo uma ligação entre esses grupos, há em comum o ambiente em que preenchem essa lacuna do Estado, enquanto as FARC atuam na Floresta Amazônica na fronteira com o Brasil, grupos armados também atuam na floresta equatorial da RDC (VALENZOLA, 2013) homiziando-se na vegetação densa para efetuar atividades do crime organizado.

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1. TIPO DE PESQUISA

A pesquisa será feita na forma taxonômica conforme Vergara (2008), com a aplicação de vários métodos: qualitativo, descritiva, documental e histórica. Sendo redigida de maneira que se utilize principalmente de fontes científicas, documentais, entrevistas, livros e bibliografias. Considerando que o estudo é baseado em fatos e conhecimentos disponíveis, haverá a imparcialidade na análise dos fenômenos. Entretanto, é imprescindível a interligação dos fatos, já que o objetivo da pesquisa é justamente estabelecer a conexão entre as ações do Brasil na MONUSCO com as ações que ocorrem no interior na nação em prol da defesa nacional.

3.2. MÉTODOS

3.2.1. Análise por comparação (descritiva)

O propósito de comparar é descrever as situações ocorridas na RDC das que ocorrem em solo brasileiro é analisar os aspectos que norteiam os princípios de soberania nacional, através do raciocínio intuitivo, o qual será consequência do fornecimento de informações que promoverão o pensamento reflexivo. Diante dessa forma de análise, a comparação não será somente o simples pensamento dos fatos concretos, mas sim a descrição a fim de ampliar o conhecimento da realidade.

3.2.2. Análise de vantagens (qualitativo)

Partindo do princípio de que as nações, em meio a globalização, possuem relações extremamente voláteis e sensíveis quanto há interesses acerca da Política Externa. Será realizada a análise qualitativa das vantagens para o Brasil quanto a atuação na MONUSCO e, para isso, haverá a observação nos relatos e experiências dos militares que atuaram na MONUSCO e o embasamento teórico no Livro Branco de Defesa Nacional, além dos estudos na perspectiva do que ocorre no mundo atual.

3.2.3. Interligação dos fenômenos (documental e histórica)

Tão importante quanto a garantia da paz mundial em uma ação como a MONUSCO, é a relação oriunda das consequências dessa atuação. Por isso, a análise documental e histórica é fundamental para a visualização macro dos antecedentes com a atualidade. Tendo em vista que abrirá portas, com as quais os países envolvidos poderão utilizar em prol de suas próprias defesas. Então, interligar a capacidade de um país, como o Brasil, de projetar seu poder em outro continente com a capacidade de lidar com suas próprias adversidades internas será um dos métodos de se chegar no caminho futuro almejado e, por fim, realizar a conclusão do entrelaçamento entre o presente e o passado.

4. RESULTADOS OBTIDOS

4.1. OS PRÓS DA MONUSCO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E A PROTEÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

O Brasil ao desdobrar tropas em outro território, sob o controle da ONU, infere automaticamente para si uma projeção de poder ao estar desdobrando seus meios e homens em prol da paz mundial. Isso já concede ao Brasil uma vantagem perante às organizações mundiais, visto que ao demonstrar o grau de capacitação como, por exemplo na atuação da JWMTT, por consequência também demonstra adestramento e operacionalidade interagências. Isso qualifica o Brasil, o qual mesmo detentor de tantos problemas internos, a projetar-se politicamente e militarmente.

Conforme os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), a “Projeção de Poder” é um dos objetivos primordiais presentes no Plano Nacional de Defesa (PND), isto é, ao desdobrar tropas no exterior, o Brasil estará contribuindo para sua defesa nacional e inserindo-se no cenário das entidades que possuem o poder decisório mundial (OLIVEIRA, 2022). Logo, há a vantagem atrelada à Política Externa, uma vez que operar em uma Missão de Paz da complexidade psicossocial da MONUSCO é uma responsabilidade perante a população que lá habita, pois, garantir a legitimidade é crucial para o apoio da população, para manter a credibilidade internacional e para garantir uma jurisprudência clara para a resolução de ameaças que lá existam.

A evolução doutrinária no que tange a uniformização e equipamentos é outra normativa que é colocada em check nessas missões. No pronto emprego e na rotina de missões decisivas, os materiais são realmente utilizados na forma mais funcional possível, aperfeiçoando o que já existe, descartando o que não é funcional e, sobretudo, obtendo contato com outros equipamentos mais tecnológicos do que os nacionais. Como a MONUSCO é constituída por variadas nações que se apoiam entre si, existe um networking entre os países que traz um enriquecimento na doutrina. Não obstante, tão importante quanto o ateste do material, é a adaptabilidade do material por parte dos militares, os quais criam uma intimidade com os equipamentos, gerando maior adestramento e capacidade de mobilidade das tropas.

Fazendo uma análise por comparação, embora os impasses existentes no Brasil não sejam na intensidade e na magnitude violenta dos que ocorrem na RDC, as semelhanças não somente históricas de um povo sofrido pelos interesses em suas riquezas naturais, mas também as similaridades geográficas, principalmente as da vegetação do ambiente de Selva, são uma

fonte de lições que o Brasil aprende. O cenário de GI em uma floresta equatorial, ou seja, a existência de grupos armados não estatais que ameaçam o bem-estar social é uma realidade a ser considerada na atualidade e a chave para compreender a solução desses tipos de problemas, podem estar na RDC. Onde, o EB em conjunto com outras Forças Singulares está cada dia mais aprendendo novas lições para serem angariadas nos conhecimentos da doutrina militar.

A sequência de atuação brasileira em cargos pontuais de liderança da MONUSCO, principalmente no que tange ao comando e controle das operações é uma ferramenta que viabiliza avaliar o grau de confiança no trabalho do EB pela ONU. Dessa maneira, a inserção do Brasil como referência na solução de conflitos atrelados a Paz Mundial é um ponto positivo aos olhos do Órgãos Internacionais e também das nações vizinhas cuja relação torna-se mais enriquecedora referindo-se a confiabilidade e legitimidade das ações brasileiras.

A proteção das fronteiras nacionais sempre foi uma preocupação constante da nação brasileira, já que a região amazônica é uma prioridade no aspecto de segurança nacional. Pois, os crimes transfronteiriços e os outros variados atos ilícitos que ocorrem nessas localidades são pontos sensíveis que ameaçam a defesa nacional. Todavia, os esforços por parte do EB são notórios e, delimitando-se na região amazônica, há a necessidade da interoperabilidade e ação interagências, tal como o que foi citado na Operação Ágata 2011. Nessa perspectiva, a MONUSCO é oportunidade para as tropas brasileiras adaptarem-se e adestrarem-se com outras forças singulares e outras agências angariando aprimoramentos logísticos, de planejamento e controle.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os Objetivos Estratégicos do Exército Brasileiro (OEE), destacando principalmente o OEE 2 “Aumento da capacidade de projeção de poder” (BRASIL, 2012b), é possível atrelar esse objetivo a importância da atuação brasileira na MONUSCO como forma de dissuasão e projeção de poder na demonstração de capacidade e de qualidade nas ações executadas. Além disso, a preparação das forças para as missões de paz é não somente um dos OEE, mas também uma oportunidade de adestramento para aplicação no território nacional.

As semelhanças a respeito das circunstâncias e do ambiente de selva em que o Brasil e a RDC apresentam-se é mais umas das importantes considerações finais deste Trabalho de Conclusão de Curso. Ao preparar tropas brasileiras para atuar em território africano em uma floresta equatorial minada de grupos armados, conseqüentemente também estará preparando as tropas para atuarem na fronteira nacional, principalmente onde existe a Floresta Amazônica. Como o que já ocorreu, na fronteira do Brasil com a Colômbia, quando as FARC começaram a interferir em território brasileiro a partir dos anos 2000

Tendo em vista os inúmeros problemas internos em que o Brasil se insere, tal como violência urbana, tráfico de drogas, garimpos ilegais e várias outras atividades ilícitas que degradam o desenvolvimento do país, há uma relevância em dar a oportunidade para os militares atuarem em missões de paz. A experiência em aplicar os conhecimentos para os militares é de extrema valia para contribuir com a liderança desses militares ao retornarem para o Brasil. É de grande impacto os aprendizados das tropas brasileiras em uma missão da magnitude da MONUSCO, o profissionalismo, angariamento de conhecimentos logísticos, a experiência do trabalho interagências e a liderança na condução de atividades operacionais são o grande ganho nessa atuação posterior em território nacional. Como, por exemplo a Operação Ágata, Operação Atalaia e Operação Acolhida em que é notório o sucesso das atividades brasileiras em razão da preparação para as Missões de Paz.

Portanto, de modo geral a pesquisa mostra que a atuação do Exército Brasileiro na MONUSCO é extremamente importante em prol do desenvolvimento nacional em conjunto com a proteção das fronteiras nacionais. O trabalho dos militares que cumprem essa missão na RDC é de grande valia para a defesa nacional e aplicação das lições aprendidas nas regiões fronteiriças da Amazônia. Além disso, proporcionando ainda a Projeção de Poder do Brasil no cenário internacional de maneira positiva. Diante disso, o Brasil ao participar da MONUSCO, embora com infinitos problemas internos, está no caminho da ordem e do progresso, tal como estampados na sua Bandeira Nacional. Por fim, o trabalho acerca da participação do Brasil na

MOSNUSCO contribui para incentivar novos estudos e novas pesquisas em benefício do conhecimento acerca do desenvolvimento nacional.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

AMORIM, João Alberto Alves. **A ONU e o Meio Ambiente: direitos humanos, mudanças climáticas e segurança internacional no século XXI**. 1. ed. Editora Atlas, 2015.

BARBOSA, Victor Tavares. A República Democrática do Congo e os Conflitos na região dos Grandes Lagos. **Neari em Revista**, v. 3, n. 4, 2017.

BARMAN, Roderick. **Brazil in the First World War**. EUA: History Today, 2014.

_____. Decreto n. 373, de 26 set. 2013b. **Aprova a Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 set. 2013.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2022.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND). Estratégia Nacional de Defesa (END)**. 1. ed. Brasília, DF, 2012b

_____. Ministério da Defesa. MD34-M-02: **Manual de Operações de Paz**. 3. ed. Brasília DF: EGGCF, 2013a.

_____. Ministério da Defesa. **EB70-MC-10.305: O Comando de Operações Especiais**. 1. ed. Brasília, DF, 2019.

_____. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005

CARVALHO FILHO, Adelmo de Sousa. As Forças Armadas Brasileiras e o seu protagonismo nos treinamentos das tropas da ONU em operações na selva. **Revista do Exército Brasileiro**, p. 3–10, 2020.

CHAVES, Sophie. **The United Nations Force Intervention Brigade in the Congo: a new horizon for peacekeeping?** CEBRI Dossiê Special Edition, v.1, ano 13. Rio de Janeiro: CEBRI, 2014.

DA COSTA, Marcos de Sá Affonso. **Entrevista concedida a Hugo David Araujo e Rafael Henrique Rodrigues de Souza**. Manaus, 2022.

FERREIRA, Victória. O POTENCIAL DAS OPERAÇÕES DE PAZ NA ÁFRICA PARA O BRASIL: Uma análise a partir da MONUSCO. **O Cosmopolítico**, v. 6, n.1, 2019.

FIGUEREDO, Safira Maria. **Operação Ágata: o poder de polícia das Forças Armadas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2017.

KANYANGARA, Patrick. **Conflict in the Great Lakes Region: Root Causes, Dynamics and Effects. Conflict Trends**. Maio. 2016. Disponível em: <
<https://www.accord.org.za/conflict-trends/conflict-great-lakes-region/>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LEMOS, Daniel. **A criação e emprego da Brigada de Intervenção da MONUSCO na República Democrática do Congo: vencendo a síndrome do capítulo VI**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Escola Marechal Castello Branco, RJ, 2019.

MAGNO, Fernando Rosa Barroso. **A Força Tarefa de Operações Especiais em Missões de Paz: proposta de participação de uma FT valor SU no UNPCRS**. 2020, 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

MARTINS FILHO, Elias Rodrigues. **Entrevista concedida a Hugo David Araujo e Rafael Henrique Rodrigues de Souza**. Manaus, 2022.

McNULTY, Mel. **“The collapse of Zaïre: implosion, revolution or external sabotage?”**. The Journal of Modern African Studies, n. 327, 1999.

NOBRE, Pedro Alexandre Martins Santos. **A Crise do Congo vista pela Imprensa Portuguesa (1960-1965)**, 2014.

OLIVEIRA, Paulo Sérgio Nogueira. **Entrevista concedida a Hugo David Araujo e Rafael Henrique Rodrigues de Souza**. Manaus, 2022.

ONU. **Carta das Nações Unidas** – ONU, 1945.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006**. 2009. 281 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Josias Marcos de Resende. **Unidades de Operações Especiais da ONU: Uma solução viável para o uso da força no contexto das missões de paz?** Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME. 2020.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **A independência do Congo** - Mundo Educação. 2019. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/a-independencia-congo-belga.htm>. Acesso em 18 de abr. de 2023.

SOUZA, Graziene Carneiro de. MONUSCO: a atuação brasileira em operações de paz robustas. **BRASILIANA - Journal for Brazilian Studies**, vol. 3, n.2, 2015.

THOMAS, Raju. What is Third World Security? **Annual Review of Political Science**, v. 6, n. 6, 2003.

VALENZOLA, Renato Henrique. O Conflito na República Democrática do Congo e a Ausência do Estado na Regulação das Relações Sociais. **Revista LEVS**, n. 12, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2018.

VISSENTINI, Paulo. F. **República Democrática do Congo**. Brasília: Thesaurus, 2010.

UN. DPKO. **Peacekeeping Fact Sheet**. New York, 30 Sep. 2014. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/archieve/2014/bnote0914.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

UN. DPKO. **Peacekeeping Fact Sheet**. 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml>>. Acesso em: 05 jan. 2023.